

O LOBBY COMO PARTE DO PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO: O LOBBY DA *BLACKWATER* NA GUERRA DO IRAQUE (2008)

Ana Clara Luquett Pereira Ferreira¹

Resumo

As Companhias Militares e de Segurança Privada (CMSP), desde o final de 1990, se tornam atores importantes em contextos de conflitos armados, oferecendo diferentes serviços militares e de segurança a outros atores do Sistema Internacional. Assim, este artigo se desenvolve a partir do questionamento sobre como as CMSP se envolvem no processo de securitização para que um tema seja tratado de modo emergencial usando seus serviços. A hipótese é que o *lobby* dessas empresas funcionará como um ator securitizador. A partir disso, o objetivo da pesquisa é analisar a atividade lobista das Companhias Militares e de Segurança Privada e para isso realizar-se-á um estudo de caso sobre o *lobby* da *Blackwater* ao longo de sua atuação na Guerra do Iraque em 2008. Essas dinâmicas serão analisadas sob a ótica da teoria da securitização, proposta pela Escola de Copenhague. Para cumprir tal objetivo será realizada uma revisão de literatura para tratar de conceitos como Companhias Militares e de Segurança Privada e *lobby* e para apresentar o contexto do estudo de caso. Além disso, será feita uma análise de fontes primárias, como relatórios do governo estadunidense referentes à atividade lobista em busca da compreensão dos discursos apresentados. A partir do desenvolvimento do trabalho, pôde-se constatar que o *lobby* é uma das formas de auxiliar uma CMSP a interferir no discurso de segurança, devido a sua natureza de influenciar o processo decisório.

Palavras chave: Companhias Militares e de Segurança Privada – Lobby – Securitização – *Blackwater* – Guerra do Iraque

¹ Cursando Mestrado em Ciência Política na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pelo Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ). Email: analuquett@hotmail.com.

Abstract

Since the late 1990s, the Private Military and Security Companies have become important actors in the armed conflicts, offering different types of military and security services to other actors of the International System. Thus, this article develops from the question of how a PMSC get involved in the securitization process so that a theme can be treated in an emergency using their services. The hypothesis is that the lobbying of these companies will act as a securitizing actor. From this, the objective of the research is to analyze the lobbying activity of Private Military and Security Companies and for this purpose a case study will be conducted on Blackwater's lobby during its role in the Iraq War in 2008. These dynamics will be analyzed from the perspective of the securitization theory proposed by the Copenhagen School. To achieve this goal, a literature review will be conducted to address concepts such as Private Military and Security Companies and lobbying and to present the context of the case study. In addition, an analysis will be made of primary sources, such as reports from the US government regarding lobbying in order to understand the speeches presented. From the development of the work, it was found that lobbying is one of the ways to assist a PBMC to interfere with security discourse, due to its nature of influencing the decision making process.

Keywords: Private Military and Security Company – Lobby - Securitization – Blackwater – Iraq's War.

Introdução

As Companhias Militares e de Segurança Privada têm seu *boom* na década de 1990, que é marcada, principalmente, pelo fim da Guerra Fria, pela intensificação do processo de globalização e também pelo pensamento neoliberal. Esse contexto, somado às mudanças que ocorreram nos estudos das Relações Internacionais a partir da década de 70 e também na década de 80 (Oliveira, 2009) propicia uma nova agenda de segurança.

Assim, se desenvolve uma nova dinâmica de conflitos marcada por uma contestação a demarcações existentes anteriormente, como por exemplo, o público e o privado (Paoliello, 2016). Ainda pode-se dizer que as mudanças

ocorridas nesse conflito acontecem por influência da Era da Informação², na qual estão inseridos (Visacro, 2018). Nesse novo cenário também se desenvolve o fenômeno de privatização da guerra, um processo que quebra com o monopólio legítimo do uso da força por parte do Estado e significa uma terceirização para enfrentar das novas ameaças (Startortt, 2017). Como consequência dessa conjuntura abordada até então, passa-se a utilizar os serviços de Companhias Militares e de Segurança Privada (CMSP).

Porém, antes de entender sua atuação nessa nova dinâmica, é importante saber como essas empresas são contratadas, pois, como qualquer outra, elas querem vender seus produtos/serviço. Para isso, de acordo com Leander (2005), essas empresas precisam de uma estratégia de convencimento de que seus serviços são mais importantes do que outros e “Isso impulsiona as firmas a tentarem moldar os entendimentos sobre segurança de seus consumidores.” (Leander, 2005, p. 817, *tradução nossa*).³

Para atingir esse objetivo, as CMSP utilizam o *lobby*, que irá promover um entendimento sobre a segurança, reservando um lugar de destaque para as empresas privadas (Leander, 2005, 2005) e permitindo que elas se envolvam no processo de securitização. O *lobby* pode ser entendido como a atividade de grupos, que são responsáveis por transmitir para a esfera política pública, os interesses de determinados grupos e pressionar os tomadores de decisões para que ajam favorecendo seus objetivos (Santos, 2015).

Para que se faça uma melhor interpretação do quadro apresentado, será feito um estudo de caso das atividades de *lobby* da *Blackwater*, empresa estadunidense, durante a Guerra do Iraque, no período de 2008. A companhia de Prince atuou durante a Guerra do Iraque (2003-2011) através de contratos por parte dos governos Bush (2001-2009) e Obama (2009-2017).

Toda essa análise e o desenvolvimento desse trabalho serão feitos à luz dos estudos desenvolvidos pela Escola de Copenhague, a qual surge em 1985. Essa teoria se encaixa no presente trabalho, na medida em que busca uma análise sobre a segurança internacional a partir de uma nova perspectiva, tornando-se uma das opções para além dos estudos realistas, para além de reflexões sobre Estado.

² A Era da Informação (e Sociedade em Rede) são conceitos apresentados pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, a partir de uma trilogia que tem a Era da Informação como título. De acordo com o autor, essa nova Era e essa nova Sociedade são fruto da Revolução Técnico-Informacional, que modifica o paradigma técnico e econômico, ou seja, mudam as formas de produção, baseando-se no conhecimento, na informação e na comunicação.

³ No original: “This pushes firms to try to shape the security understandings of their costumers”.

Este artigo, para atingir o objetivo será dividido em três tópicos para além desta introdução e da conclusão. O primeiro será voltado para a definição sobre o que é o *lobby*, e também para a compreensão do *lobby* dentro da teoria da securitização. A segunda parte será dedicado à compreensão sobre o que é uma Companhia Militar e de Segurança Privada. Por fim, o terceiro tópico irá tratar do estudo de caso, apresentando a *Blackwater*, a Guerra do Iraque e o *lobby* da empresa no ano de 2008 no contexto dessa guerra.

Lobby: os que levam o conhecimento, os que constroem o discurso

O *lobby* é entendido por Thomaz (2012) como um ator doméstico e esse, por sua vez, tem papel importante para decisões relacionadas à política externa. De acordo com a autora: “entre os atores políticos com influência na política externa, o *lobby* ocupa lugar de destaque” (Thomaz, 2012, p. 24). *Lobby* é uma palavra de origem inglesa, que pode ser traduzida como “saguão”. Porém, essa tradução literal não é satisfatória para o seu significado simbólico. De acordo com Mancuso & Gozetto (2011), essa palavra faz referência:

(...) à atuação de representantes de interesses (os “lobistas”) que, para apresentar seus pleitos, esperavam a passagem de tomadores de decisões políticas pelo salão de entrada dos edifícios onde eles se hospedavam ou trabalhavam. (Mancuso & Gozetto, 2011, p. 120).

De acordo com Santos (2015), os *lobbies* “(...) seriam os grupos de pressão que instrumentalizam recursos de poder em busca de influência, mas sem se constituírem em partidos políticos” (Santos, 2015, p. 174). Essa atividade “(...) envolve o contato direto entre interesses organizados e *policymakers*.” (SANTOS, 2015, p. 179). Ou seja, “É o esforço direto, para influenciar legisladores através do contato pessoal.” (Santos, 2015, p. 178). Esse contato pessoal consistirá, de acordo com Santos (2015), no fornecimento de informações para gerar conhecimento sobre determinado assunto de modo que o tomador de decisão use essas informações para favorecer esses grupos. Segundo Santos (2015), a atividade de *lobby* envolver três etapas: 1) ganhar acesso aos *policymakers*; 2) fazer com que os *policymakers* conduzam às metas do grupo; 3) persuadir os *policymakers* em benefício do grupo. Quando lícito, o *lobby* pode ser um “(...) instrumento democrático de representação de interesses ao trazer contribuições positivas para os tomadores de decisão, a opinião pública, os interesses representados e o sistema político (...).” (Mancuso & Gozetto, 2011, p. 122).

Porém, ainda segundo Mancuso & Gozetto (2011), o *lobby* também possui suas desvantagens. Um problema apontado pelos autores diz respeito à falta de equilíbrio na representatividade, que ocorre por dois principais motivos: segmentos mais concentrados (empresários de oligopólios, por exemplo) conseguem formar grupos menores e, por isso, possuem mais facilidade para se articularem do que grandes *lobbies*; e a capacidade de reunir recursos para sustentar a atividade lobista. Ou seja, quando ocorrem esses desequilíbrios, os *lobbies* que possuem mais recursos podem conseguir privilégios perante o poder público, acentuando desigualdades já existentes.

O indivíduo por trás do *lobby* é o lobista, que é encarregado de fazer a representação política de uma organização. Esse indivíduo possui conhecimentos especializados nas áreas que estão representando, devido à importância de conhecimentos específicos. Além disso, é interessante ressaltar que existem diferentes lobistas: os especializados em conseguir acesso aos membros do governo; os que sabem contactar essas pessoas; e “(...) os que sabem quando perguntar ou como conseguir respostas e os que dominam a informação” (Oliveira, 2004, p. 17). Ainda existem aqueles que são vinculados, ou seja, trabalham para um grupo de interesse específico e são identificados como tal (Oliveira, 2004, p. 17).

Nos Estados Unidos, de acordo com dados oficiais do governo, o uso político da palavra “*lobby*” começou em 1810 nas casas legislativas do nordeste do país e o termo apareceu impresso pela primeira vez em 1817 em um jornal (Art, 2019). Desde então, o país é um dos poucos que desenvolveu algumas leis para regulamentar essa atividade, o que o fez ser considerado pelos pesquisadores o país com a legislação de *lobby* mais antiga e completa (Flannery, 2010; Santos, 2015; Schmitz, 2018).

Por causa de experiências ruins com o *lobby*, nos Estados Unidos surgiu a necessidade de criar uma legislação sobre essa atividade (Flannery, 2010). A nível federal, em 1938 surge o *Foreign Agents Registration Act*, proibindo a atuação de agentes de governos estrangeiros junto ao Congresso (*Idem*).

Oito anos depois foram aprovados o *Federal Lobbying Regulation Act* (FLRA), o qual se concentram na atividade lobista doméstica. Surge para “(...) estabelecer um sistema de registro e divulgação de lobistas nos Estados Unidos (...)” (Schmitz, 2018, p. 22) e, dentre outras questões, define o profissional do *lobby* aquele que ganha dinheiro ou objeto de valor para

(a) aprovação ou rejeição de qualquer legislação em exame pelo Congresso dos Estados Unidos; (b) influenciar, direta ou indiretamente, a aprovação ou rejeição

de qualquer legislação pelo Congresso dos Estados Unidos (Rodrigues apud Schmitz 2018, p. 22).

Alguns anos depois, em 1995, o *Lobbying Disclosure Act* (LDA) revogou a lei anterior e definiu cada ator envolvido na atividade de *lobby*, além de definir ele mesmo. Ademais, exigiu que os relatórios elaborados pelos lobistas fossem apresentados duas vezes ao ano. Além disso, a nova lei busca “(...) melhorar a percepção da sociedade civil sobre o *lobby* (...)” (Schmitz, 2018). Nos termos da lei, a atividade de *lobby* consiste em:

(...) contatos de *lobby* e esforços para o apoio a esses contatos, incluindo preparação e planejamento de atividade, pesquisa e outros trabalhos de fundo, os quais se pretendem, no momento em que são executados, para uso em contatos e coordenação com os contatos de atividade de *lobby* (Estados Unidos, 1995).

A lei também definiu que o lobista deve se registrar dentro de 45 dias após seu primeiro contato de *lobby* ou ser contratado, junto ao Secretário do Senado e o Secretário da Câmara (Schmitz, 2018), o que fornece um controle maior de quem está atuando. Ademais, foi determinado que os profissionais devem fazer relatórios semestrais sobre suas atividades, incluindo também a receita de seus clientes, uma estimativa de seus gastos, ou seja, um relatório financeiro e sobre suas atividades (Schmitz, 2018.).

A legislação mais recente, de 2007, prescreve sobre as relações éticas dentro da Câmara em relação ao *lobby*. Ainda em 2007, o *Executive Branch Reform Act* estabeleceu regras para a relação dos lobistas com o Poder Executivo. Os funcionários precisavam reportar para o *Office Government Ethics*⁴ contato com lobistas e decidiu que as autoridades não poderiam participar de atividade lobista antes de completarem dois anos de saída do cargo, bem como os novos funcionários não podem participar de debates que envolvam antigos chefes ou clientes (Gozetto, 2012). Essas duas últimas questões, reduzem o hábito do chamado *revolving door*, que é quando ocorrem essas trocas de funções entre lobistas e políticos ou agentes do governo (Flannery, 2010).

Todo esse aparato foi construído ao longo de, aproximadamente, 60 anos e por isso, essa é a legislação considerada mais completa e melhor estruturada pelos autores aqui apresentados em comparação à de outros Estados.

⁴ O *Office of Government Ethics* é um órgão estabelecido por lei em 1976, que é responsável por supervisionar o programa de ética do Poder Executivo. O escritório garante que os presidentes estejam cientes de suas obrigações éticas e assegura que os servidores públicos permaneçam livres de conflitos de interesse (Office of Government Ethics, 2019).

Portanto, a atividade lobista é ao mesmo tempo a *langue* e a *parole*⁵, ou seja, esquema e uso, porque o *lobby* é o instrumento utilizado para chegar ao processo de tomada de decisão, mas o lobista é quem incorpora esse método e se torna um ator dele. Através disso, grupos de interesse buscam obter vantagens junto à estrutura política de um Estado e, no seu conjunto, a atividade lobista passa a funcionar como um ator importante para o processo de tomada de decisão. Para obter os benefícios que o grupo de interesse busca, o lobista tem que se aproximar pessoalmente de autoridades para lhes fornecer o conhecimento que irá influenciar os *policymakers* a tomarem decisões favoráveis a determinado grupo e desfavoráveis a outros.

Antes de discorrer sobre como podemos compreender o *lobby* dentro do conceito de securitização, faz-se necessário entender o que é a securitização, a partir do conhecimento de onde e quando essa teoria se desenvolve e o que ela significa para os Estudos Críticos de Segurança Internacional.

Na década de 90, a globalização e o crescimento da relevância de atores não estatais colocaram em xeque o realismo (Duque, 2008, p. 21), ou seja, a centralidade do Estado e a análise sistêmica do cenário internacional, que ignorava o papel do indivíduo. Diante dessas mudanças nas relações internacionais, em 1989 foi publicado o livro “World of Our Making” de Nicholas Onuf e em 1992, Alexander Wendt publicou “Anarchy is what Make of It”. Os dois textos citados, buscam mostrar que “(...) vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que é produto das nossas escolhas” (Nogueira & Messari, 2005, p. 163).

Assim, nasce a teoria construtivista, que como o próprio nome indica, tem como foco a compreensão da construção social da política internacional (Nogueira & Messari, 2005), da realidade e do conhecimento (Duque, 2008, p. 21). As discussões construtivistas fomentaram um debate ontológico, ou seja, sobre o que os teóricos deveriam estar estudando (Nogueira & Messari, 2005). Os construtivistas, de um modo geral, debatem a ideia de que não há antecedência ontológica nem do agente, nem da estrutura, na verdade, esses são coconstituídos (Nogueira & Messari, 2005)

A literatura de Relações Internacionais não considera que exista um só construtivismo, mas sim diversas correntes dentro desse pensamento. Apesar disso, Nogueira & Messari (2005) buscam apresentar três premissas, que podem

⁵ Termos utilizados pelo linguista Ferdinand de Saussure para se referir à língua abstrata (*langue*) e a língua falada (*parole*).

ser encontradas nas diferentes correntes: 1) o mundo é socialmente construído conforme a interação e comunicação entre os agentes; 2) os construtivistas negam a antecedência ontológica; 3) as ideias possuem um papel essencial no desenvolvimento de conhecimentos sobre o mundo, ou seja, são conduzidas de modo a influenciar a política. Para o construtivismo, também são muito relevantes a questão da intersubjetividade da linguagem e dos discursos, sendo base para sua metodologia (Nogueira & Messari, 2005).

Nessa construção social abordada pelo construtivismo, o poder tem papel importante, sendo compreendido como acesso aos recursos para impor visões, mas também “(...) autoridade para determinar os significados compartilhados que constituem identidades, os interesses e as práticas dos estados (...)” (Adler, 1999, p. 224). Leander (2005) reflete sobre o poder que as Companhias Militares e de Segurança Privada possuem e afirma que essas empresas têm o que ela chama de “poder epistêmico” (Leander, 2005, p. 811), que seria a capacidade de interferir não só diretamente nos momentos anteriores e posteriores do processo formal de tomada de decisão, mas também, interferir nos interesses de atores do campo da segurança influenciando seus discursos e ela considera que isso pode ser feito através do *lobby*. Portanto, o poder é determinante para a imposição de significados e funções à objetos que não possuem isso (Leander, 2005, p. 811).

Nesse entendimento de que o mundo é socialmente construído através da interação entre os agentes e levando em consideração a importância da intersubjetividade e dos discursos, podemos encaixar alguns dos conceitos da Escola de Copenhague. Esse grupo surge em 1985 como o *Centre for Peace and Conflict Research* e hoje é *Conflict and Peace Research Institute* (COPRI). Os teóricos de Copenhague se baseiam em três conceitos principais: complexos regionais de segurança, os setores de segurança e a securitização.

O primeiro conceito é o de complexos regionais de segurança, que busca encontrar padrões de conectividade de segurança (Buzan et al, 1998). O segundo conceito se refere aos setores de segurança. De acordo com Buzan et al. (1998), o termo “ameaça existencial” só pode ser entendido em relação ao objeto de referência e isso muda de acordo com os diferentes setores de análise. No setor militar, por exemplo, objeto de referência, normalmente, é o Estado, ou entidades políticas, já no setor político, as ameaças existenciais são definidas em termos de princípios constitutivos do Estado, como a soberania, dentre outros que Buzan et al. (1998) define como econômico, social e ambiental. No terceiro conceito, o de securitização, pode-se observar grande semelhança com a teoria construtivista,

pois, para os construtivistas a realidade é socialmente construída através de processos intersubjetivos e coletivos. Para o grupo de Copenhague ameaças à segurança são processos socialmente construídos através de práticas e discursos dos agentes securitizadores que buscam dar atenção a um assunto específico de suas agendas (Buzan et al. 1998).

A definição e o critério de securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com saliência suficiente para ter efeitos políticos substanciais. De acordo com Vuori (2013):

Uma maneira de refinar o programa de pesquisa de estudos de securitização é observar as questões gerais nas quais está interessado: o objetivo é obter uma compreensão cada vez mais precisa de quem (agentes securitizadores) pode securitizar (movimentos políticos via atos de fala), para quem (objetos de referência), por que (intenções perlocutórias), com que tipos de efeitos (relações inter-unidades) e sob quais condições (fatores de facilitação/impedimento) (Buzan et al. 1998, p. 32 apud Vuori, 2013, p. 133, tradução nossa).⁶

O que é essencial é a designação de uma ameaça existencial que requer uma ação emergencial ou medidas especiais e a aceitação dessa designação por um público significativo (Buzan et al. 1998). O “ato de fala” (*speech-act*) é, segundo Duque (2008), utilizado pela Escola para analisar o processo que leva uma questão ao campo da segurança.

Para Buzan et al. (1998), existem três unidades de segurança e são elas: objetos referentes, atores funcionais e atores securitizadores. Os objetos referentes são as unidades que os atores securitizadores tratam como ameaçadas com o propósito de que se crie uma atmosfera de proteção ao redor dessas unidades. Já os atores funcionais, de acordo com Duque (2008), podem ser lidos como aqueles que são capazes de afetar as dinâmicas dos setores de segurança e de influenciar significativamente no campo da segurança, mas que não são nem objetos referentes nem atores securitizadores (Buzan et al., 1998 apud Duque, 2008). Em determinados momentos, as Companhias Militares e de Segurança Privada podem ser consideradas atores funcionais (Buzan et al., 1998), assim como o *lobby* também pode, pois essas categorias são fluidas.

Por fim, os atores securitizadores são os atores buscam determinar quais são os processos de securitização, ou seja, alguém ou algum grupo que performa o ato de fala. Essa é a unidade que basicamente utiliza do “ato de fala” para securitizar os objetos referentes de acordo com suas agendas políticas.

⁶ No original: “One way to distil the research programme of securitization studies is to note the general questions that it is interested in: the aim is to gain an increasingly precise understanding of who (securitizing actors) can securitize (political moves via speech acts) which issues (threats), for whom (referent objects), why (perlocutionary intentions), with what kinds of effects (interunit relations), and under what conditions (facilitation/ impediment factors)”.

Geralmente esses atores são políticos, burocratas e representantes governamentais, ou seja, indivíduos mais ligados às estruturas clássicas do Estado e aqui, Buzan et al. (1988) inclui o *lobby* e grupos de pressão, bem como pode-se considerar a Companhia Militar e de Segurança Privada.

Para entender como o *lobby* se encaixa nesse processo, é interessante analisar a contribuição de Thierry Balzacq (2011). Esse autor levanta algumas críticas à teoria da securitização proposta pela Escola de Copenhague, pois, esse teria grupo tem um viés muito filosófico para a securitização, dando destaque para o ato de fala e considerando que ele por si só tem o poder de securitizar, sem dar relevância para a audiência e contexto, por mais que os mencione (Balzacq, 2011). De acordo com Balzacq (2011), a securitização é:

(...) uma combinação de práticas pelas quais artefatos heurísticos (metáforas, ferramentas políticas, repertórios de imagens, analogias, estereótipos, emoções, etc.) são contextualmente mobilizados por um agente securitizador, que trabalha para induzir uma audiência a construir uma rede coerente de implicações (sentimentos, sensações, pensamentos e intuições), sobre a vulnerabilidade crítica de um objeto referente, que concorde com as razões do agente securitizador para escolhas e ações, investindo o assunto referente com uma aura ameaçadora sem precedentes que uma política personalizada deve ser adotada imediatamente para bloquear o seu desenvolvimento. (Balzacq, 2011, p. 3, *tradução nossa*).⁷

Segundo ele, todo esse processo possui três atos: 1) o locucionário, ou seja, o enunciado de uma expressão que contém um determinado sentido e referência; 2) o elocucionário, que é o ato realizado ao se articular uma locução (sendo essa a categoria que captura a performatividade do enunciado); 3) o perlocucionário, que se refere aos efeitos causados pelo discurso, os quais visam causar reações na audiência (Austin apud Balzacq, 2011). Isso pode ser resumido como “(...) o ato de dizer algo, o comportamento ou a forma de se dizer algo, e a produção de resultados por meio do ato de ter dito algo.” (Habermas apud Balzacq, 2011).

Uma das contribuições que Balzacq (2011) traz para a teoria é que o caráter performativo não se encontra somente no discurso em si, mas também em toda a sua construção, importando também para isso a audiência, ou seja, quem recebe esse discurso e sua interação com ele e também o contexto no qual o discurso é proferido.

⁷ No original: “(...) an assemblage of practices where by heuristic artefacts (metaphors, policy tools, image repertoires, analogies, stereotypes, emotions, etc.) are contextually mobilized by a securitizing actor, who works to prompt na audience to build a coherent network of implications (feelings, sensations, thoughts, and intuitions), about critical vulnerability of a referent object, that concurs with the securitizing actor’s reasons for choices and actions, by investing the referent subject withsuch an aura of unprecedented threatening complexion that a customized policy must be undertaken immediately to block its development.”

Diante do exposto sobre a teoria da securitização e sobre o que é o *lobby*, torna-se possível compreender por que Buzan (et al., 1998) inclui o *lobby* como um ator do processo de securitização. Assim como em um movimento de securitização, no qual “(...) ator(es) securitizador(es) e audiência(s) constituem-se mutuamente e estabelecem entre si um processo intersubjetivo de negociações sobre em que termos será realizada a securitização.” (Motta & Pimentel, 2013, p. 10), o *lobby* também se insere nisso, ao perceber-se sua relação com os políticos, negociando e levando informações para defender seus interesses. Motta & Pimentel (2013) afirmam que:

(...) o entendimento do movimento de securitização (...) passa a ser encarado como um processo de barganha em que um ator securitizante vai adaptando suas estratégias, com base nas circunstâncias contextuais, a fim de conseguir a aceitação de uma audiência (Motta & Pimentel, 2013, p. 13).

O lobista também passa por um processo de barganha se adaptando conforme o contexto para ser aceito pela sua audiência, que serão funcionários do governo ou políticos. Isso forma uma rede, conectando audiência, objeto referente e ator securitizador (Huysmans, 1998; Wilkinson, 2011 apud Motta & Pimentel, 2013).

O ator securitizador que vai ser capaz de convencer sua audiência é aquele que tem o conhecimento, a confiança e o posicionamento interligados, ou seja, conexão entre capital cultural, capital simbólico e político⁸ (Balzacq apud Motta & Pimentel, 2013). Essas três competências um lobista possui, pois é ele que leva a informação aos *policymakers*, ele que precisa manter uma relação com esses indivíduos e também um posicionamento de poder, pois é alguém considerado importante para exercer esse papel.

As Companhias Militares e de Segurança Privada definem o que outros agentes do campo da segurança pensam sobre a segurança, porque essas empresas possuem peso na disponibilidade de informações sobre o assunto (Leander, 2005). Essas empresas alteram o:

[...] modo como interesses, práticas, ameaças e reações adequadas às ameaças são entendidas. Isso é feito através de um efeito secundário necessário: mesmo que a administração ou *policy makers* concedam contratos puramente por razões monetárias, a consequência será sedimentar práticas de segurança específicas e os discursos de segurança com que elas vêm com, enquanto os *policy makers* são apanhados pela lógica das suas escolhas passadas e forçados a justificá-los publicamente (Leander, 2005, p. 816-817, *tradução nossa*).⁹

⁸ Balzacq utiliza termos cunhados por Bourdieu.

⁹ No original: “It alters the way interests, threats and adequate reactions to threats are understood. It does so through a necessary side-effect: even if administrators and/or policy-makers grant contracts for purely pecuniary reasons, the consequence will be to sediment specific security

Portanto, “O *lobby* das PMCs molda o discurso de segurança” (Leander, 2005, p. 815, **tradução nossa**)¹⁰, ou seja, o *lobby* verbaliza o ato de fala perante uma audiência e tal ato se molda conforme o contexto, ou seja, em qual âmbito isso está acontecendo, quem está envolvido e em qual tempo histórico.

Companhias Militares de Segurança Privada

As Companhias Militares e de Segurança Privada (CMSP) são empresas, cujo produto é a (in)segurança. Esse tipo de fenômeno, a segurança privada, não é novidade, pois ao longo da história o mercenarismo¹¹ sempre esteve presente. Porém, os casos eram pontuais e beneficiavam de maneira particular o indivíduo que estava sendo contratado (Oliveira, 2010, p. 67). Atualmente, as empresas funcionam de forma hierárquica e se constituem como comércio, competindo como qualquer outra empresa no mercado internacional (Oliveira, 2010, p. 68).

Essas empresas possuem diversas definições, como, a de Paoliello (2016): “(...) pessoa jurídica que estabelece contrato com um departamento ou agência governamental para fornecer equipamentos e/ou serviços em zonas de conflitos armados” (Paoliello, 2016, p. 57) e exercem atividades como

(...) serviços de segurança armada, transporte, alimentação, treinamento militar, funções de inteligência e consultoria estratégica em atividades e setores que antes eram competência exclusiva dos homens fardados. (Pimentel, 2013, p. 160).

Para Paoliello (2016) é necessário refletir sobre as Companhias Militares e de Segurança Privada a partir de uma perspectiva crítica. Para o autor, elas são:

(...) atores de mercado, em diversos casos vinculados a grandes arranjos corporativos, que carregam o argumento moral de proteção de vidas e patrimônio, mas que operam num ambiente extralegal, com uma série de denúncias de violações e vínculos com redes criminosas. (Paoliello, 2016, p. 37).

Os termos para nos referirmos a esse tipo de empresa variam¹², mas o presente trabalho utiliza o termo *Private Military and Security Companies* (PMSC)

practices and the security discourses they come with, as policy makers become caught by the logic of their past choices and forced to justify them publicly”.

¹⁰ No original: “PMCs’ lobbying shape security discourses”.

¹¹ Mercenário é aquele que é recrutado no país ou fora dele para participar diretamente em conflitos, toma parte no combate para obter vantagem pessoal, recebe promessa de remuneração material superior à dos combatentes, não é nacional de uma Parte, não é membro das Forças Armadas de Parte do conflito e não foi enviado por um Estado que não é parte do conflito em missão oficial, membro das Forças Armadas desse Estado. Seu uso é condenado pelo Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e considerado um combatente ilegítimo pelo Direito Internacional Humanitário, pois não atende os requisitos das normas internacionais (Goffredo, 2006).

¹² Alguns autores chamam de *contractors*, *military contractor*, *private contractor*, *private military contractor* tanto as empresas, quanto os contratados e usam *Private Military Companies*, *Private*

ou Companhias Militares de Segurança Privada (CMSP) em português, porque é o termo que consegue abarcar a maior variedade de tipos de empresas.

De acordo com Paoliello (2016), existem diversos esforços para classificar essas companhias. Peter Singer (2008), por exemplo, define três tipos: provedoras militares (os contratados atuam diretamente no campo de batalha); consultoras militares (tem a função de aconselhar seus clientes, influenciando na sua atuação); e empresas de apoio militar (trabalham na logística, inteligência, dentre outras funções de fundo) (Singer, 2008 apud Paoliello, 2016).

Outra classificação comum é entre empresas militares privadas e empresas de segurança privada, mas essa classificação não funciona na prática e a própria *Blackwater* é exemplo disso, pois seus homens, que supostamente deveriam fazer segurança de funcionários do governo estadunidense, estiveram envolvidos em conflitos no Iraque contra insurgentes (Paoliello, 2016). Paoliello (2016) conclui que, qualquer classificação dessas empresas que se tente fazer é falha, pois na prática elas podem atuar de diferentes formas, portanto, deve-se classificar os contratos e não as empresas (Avant, 2005 apud Paoliello).

Os estudos sobre esses novos atores da Segurança Internacional acompanham o seu processo de expansão e também as mudanças acadêmicas sobre os objetos de estudo dentro das Relações Internacionais. Desde a década de 70, a visão realista, a qual tem seu foco de análise no Estado, é criticada. Novas teorias e pensamentos são desenvolvidos na academia, para mostrar outros atores e objetos importantes no cenário internacional.

Segundo Weaver (2004), o estudo realista norte-americano tinha um foco nas ameaças e na força militar, enquanto na Europa, os pesquisadores passam a identificar que o conceito de segurança passa a ser central para uma auto-reflexão de que a Teoria das Relações Internacionais não é só composta por estudos sobre segurança, mas também sobre seus conceitos e práticas. Além disso, de acordo com Oliveira (2009), na década de 1980, a Guerra Fria se intensifica novamente com investimentos militares fortes nos Estados Unidos. Isso gera uma resposta europeia de reflexão sobre uma política de segurança pensada para suas especificidades. Esse movimento abre espaço para uma série de pesquisadores pensarem em novos objetos de estudo, para além dos assuntos militares.

Somado a isso, o processo de encerramento da Guerra Fria e a intensificação da globalização, abrem espaço para novas reflexões para além dos

Military Firms, Private Military and Security Companies, para se referirem às empresas (Paoliello, 2016).

conflitos Leste-Oeste e também para a dinâmica de espaços locais e globais e as relações de poder que se constroem essa mudança na arquitetura do Sistema Internacional,

Os problemas ambientais, as epidemias, o desemprego, o narcotráfico, a fome, os conflitos étnicos e religiosos, o terrorismo, os refugiados, a violação dos direitos humanos, dentre outros, são os novos problemas do cenário internacional. E como estes problemas afetam diretamente os indivíduos, principalmente as populações mais vulneráveis, o conceito de segurança internacional estritamente relacionado às questões militares torna-se cada vez mais insuficiente para explicar as novas questões internacionais (Oliveira, 2009, p. 72).

Assim, as Companhias Militares e de Segurança Privada e todas as dinâmicas que as envolvem passam a ter lugar nos estudos da Segurança Internacional e é um ator que ganha cada vez mais análises sobre seu papel e funcionamento dentro do sistema internacional.

Essas empresas não surgem, especificamente, mas se multiplicam e crescem demasiado ao longo da década de 1990. Esse período é marcado por alguns eventos globais que proporcionam o cenário para a proliferação desse tipo de empresa. De acordo com Leander (2005), há uma estimativa de que em 1991 na Guerra do Golfo havia um contratado privado a cada sessenta soldados das FFAA, na Bósnia (1992-1995) era um contratado a cada dez soldados e um contratado privado para dois soldados em Kosovo (1998-1999). Porém, ainda segundo a autora, esses números não são exatos, pois não há registros desses números.

Ao longo da Guerra Fria, as duas grandes potências se responsabilizavam por arbitrar política e militarmente conflitos internos nos outros países e com o fim dessa arbitragem, surgem diversos conflitos, que não serão mais amparados pelas grandes potências, pois eles não possuem relevância para a “*grand strategy*” dos Estados Unidos e da União Soviética (Pimentel, 2013, p. 162).

De acordo com Abrahamsen & Leander (2016, p. 2), com o final da Guerra Fria ocorre um enxugamento dos recursos militares, gerando uma oferta de equipamentos e soldados e também uma demanda por serviços militares nos países em conflito, onde as grandes potências não estavam mais. Esse seria um fator geopolítico, mas não o único. As autoras consideram importantes, alguns outros aspectos da época, como o neoliberalismo, o modelo econômico o qual se desenvolve depois do choque do petróleo. Assim, ocorre um resgate ao pensamento liberal e surgem novas práticas econômicas como a terceirização, licenciamento, dentre outras.

Ainda de acordo com as autoras, um outro fator que contribui para esse fenômeno é a Revolução dos Assuntos Militares. Esse processo diz respeito ao desenvolvimento de inovações em tecnologia da informação no setor de defesa e se relaciona com essas empresas, porque são elas que irão desenvolver essas novas tecnologias. Dessa forma, as CMSP passam a ter papel central nesse processo de desenvolvimento tecnológico e nos assuntos militares.

Abrahamsen & Leander (2016, p. 3) ainda somam a esses fatores a sociedade de risco¹³. A lógica de uma sociedade baseada no risco é de que as ameaças futuras serão respondidas no presente, independentemente de como elas foram identificadas e de seu tamanho. Isso abre espaço para um mercado de segurança, pois empresas tomam a frente do processo de promoção de segurança, de desenvolvimento de novas tecnologias, de definição de riscos e de combinação de ferramentas de gerenciamento de risco (Abrahamsen & Leander, 2016, p. 3).

Outra questão importante são as formas neoliberais de governança. Ou seja, governar através de mercados passou a ser algo importante e afetou as instituições de segurança, de forma que enfatizaram questões fiscais, de custo-benefício e de eficiência (Abrahamsen & Leander, 2016, p. 3). O resultado disso é o fato de os mercados passarem a ser centrais para a governança da segurança e a segurança privada passa a ser uma necessidade dos setores públicos e privados (Abrahamsen & Leander, 2016, p. 3).

Todos esses fatores contribuem para que a segurança se torne um bem, que pode ser vendido e comprado em um mercado estruturado. No âmbito global esse mercado cresce e as Companhias Militares de Segurança Privada passam a competir com outras empresas e também com Estados.

No contexto social, político e econômico apresentado acima se desenvolve um novo tipo de guerra, uma nova dinâmica de conflitos. Ela é marcada, principalmente, por uma contestação a demarcações existentes anteriormente, como por exemplo, o público e o privado (Paoliello, 2016) e também pela presença de atores não-estatais, inclusive as próprias, PMSC que por sua vez, explicitam o caráter assimétrico desse conflito (Paoliello, 2016).

¹³ Esse termo foi lançado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck, segundo ele, “A categoria da sociedade de risco tematiza o processo de questionamento das ideias centrais para o contrato de risco, a possibilidade de controle e a possibilidade de compensação de incertezas e perigos fabricados industrialmente” (Beck, 2007, p.26 apud Motta, 2009, p. 386-387).

Mary Kaldor (2012) denomina esses conflitos “novas guerras”, que seriam os “(...) novos tipos de violência organizada (...)” (Kaldor, 2012, p. 1, tradução)¹⁴. Kaldor (2012) considera que apesar de serem conflitos localizados, eles envolvem uma série de atores e conexões transnacionais. Novas guerras requerem novos atores.

Ainda pode-se dizer que as mudanças ocorridas nesses conflitos acontecem por influência da Era da Informação¹⁵, na qual estão inseridos (Visacro, 2018). Nesse novo cenário, também está incluso o fenômeno de privatização da guerra, ou seja, a transferência de ativos governamentais para o âmbito privado a fim de modernizar e enfrentar das novas ameaças, com a presença das PMSC. Os debates sobre segurança saem do domínio público para o privado, o executivo, e assim, Companhias Militares e de Segurança Privada podem decidir como os assuntos devem ser definidos e tratados (Leander, 2005)

Todas essas transformações ocorrem dentro de um cenário maior de intensificação do processo de globalização. O termo é usado para explicar o processo de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorreram em maior velocidade na década de 90. De um modo geral, segundo Campos e Canavezes (2007), este é um processo que atravessa o mundo todo, que promove uma interdependência e interligação entre os Estados no âmbito social, político e também econômico, que é caracterizado por uma desterritorialização e tem um caráter tecnológico.

De acordo com Leander (2005), as PMSCs têm papel fundamental na moldagem da segurança internacional através da securitização e na construção de ameaças e ações que seriam consideradas mais adequadas para lidar com tais ameaças e a partir de esforços, como o *lobby* e elas o fazem, porque “quando um problema fosse melhor resolvido através de diplomacia, ajuda econômica ou regulação de mercados, os serviços das PMCs não seriam necessários” (Leander, 2005, p. 824, *tradução nossa*)¹⁶.

O leque de atividades das Companhias Militares e de Segurança Privada é grande e vai desde logística, manutenção de equipamentos, serviços de

¹⁴ No original: “(...) new type of organized violence (...)”.

¹⁵ A Era da Informação (e Sociedade em Rede) são conceitos apresentados pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, a partir de uma trilogia que tem a Era da Informação como título. De acordo com o autor, essa nova Era e essa nova Sociedade são fruto da Revolução Técnico-Informacional, que modifica o paradigma técnico e econômico, ou seja, mudam as formas de produção, baseando-se no conhecimento, na informação e na comunicação.

¹⁶ No original: “When a problem is not a security problem or would be better responded to by way of diplomacy or economic aid or a re- regulation of markets, the services of PMCs are not needed”.

tradução, até funções como inteligência, mapeamento, treinamento e tropas e, em diversos casos, as próprias funções de combate (Paoliello, 2016, p. 15).

O aumento do número de Companhias Militares e de Segurança Privada, como já exposto, ocorre juntamente com a mudança na dinâmica dos conflitos, chamados “novas guerras” (Kaldor, 2012). Para diferenciá-los da antiga guerra, Kaldor (2012) diz que há um novo objetivo, método e uma nova forma de financiamento. Os novos objetivos estão relacionados à uma política de identidade, que atualmente são reinventadas e passam a tender à fragmentação, valorizando particularidades (Kaldor, 2012).

Já os novos métodos são marcados por uma estratégia baseada na guerrilha e no contra insurgência¹⁷, ou seja, evitando batalhas e dominando o território por meio do controle político da população. Além disso, existem diferentes grupos descentralizados que travam conflitos usando tecnologia avançada, como paramilitares, senhores da guerra, gangues, forças policiais, mercenários, além dos exércitos (Kaldor, 2012).

Por fim, o novo financiamento da guerra se dá através de uma economia de guerra globalizada, que são descentralizadas e dependentes de recursos externos. Os grupos em combate se financiam através de práticas não convencionais ou de ajuda externa, que “(...) só podem ser sustentadas pela violência continuada, de modo que uma lógica de guerra seja incorporada ao funcionamento da economia” (Kaldor, 2012, p. 10).

Portanto, o novo tipo de conflito existente possui características e lógica que favorecem o uso de um ator não-estatal, privatizado, com altos recursos financeiros e tecnológicos, ao invés de utilizar somente as forças militares, aeronáuticas e navais do Estado. Nesse ambiente, as Companhias Militares e de Segurança Privada cumprem missões que podem ser de diferentes naturezas, o que expõe esses soldados privados à diferentes situações e riscos. Então, o poder compreendido como capacidade de decidir sobre o uso da força por parte dessas empresas pode ser, majoritariamente, do Estado, mas deve-se destacar que o poder também deve ser compreendido como a capacidade de implementar o que for decidido e isso as Companhias Militares e de Segurança Privada possuem (Leander, 2005).

¹⁷ Nessa tática de guerra, os combatentes tornam-se invisíveis porque se infiltram na população civil (Luttwack, 2007).

De acordo com Paoliello (2016), as novas guerras abrem espaço para expertise e técnica das CMSP, assim o conhecimento que essas empresas tem passam a ser legitimados e também, suas ações (Leander, 2005). Através dessas expertises, se uma empresa possui o monopólio do fornecimento de algum serviço ou produto, ela causa uma dependência nela por parte do Estado, por exemplo, no caso dos contratados no Iraque que sabiam sobre a manutenção de um sistema de armamento específico (Leander, 2005). Além disso, é através das Companhias Militares e de Segurança Privada que o Estado pode ser readequar à essa nova dinâmica de conflito (Paoliello, 2016, p. 24).

Portanto, as Companhias Militares e de Segurança Privada são novos atores na Segurança Internacional que funcionam como qualquer outra empresa, com um produto que compete no mercado internacional, sendo ele a (in)segurança. Esses novos atores atuam nesses focos de conflito com novas dinâmicas, que estão muito presentes no Oriente Médio e na África (Kaldor, 2012) e dentro dessas novas guerras, as empresas podem cumprir diferentes papéis de acordo com os contratos que conseguem com os Estados interessados em seus serviços para aturarem e darem suporte às suas guerras em outros Estados, ou outras entidades que queiram contratar seus serviços de segurança, como jornalistas, Organizações Não Governamentais e Organizações Internacionais (Paoliello, 2016, p. 22).

Lobby da Blackwater na Guerra do Iraque (2008)

A *Blackwater* é uma Companhia Militar de Segurança Privada estadunidense fundada em 1997 por Erik Prince, que fez parte de seu quadro diretor até 2010, quando a empresa foi vendida e passou a se chamar Xe e em 2011, Academi. Atualmente, a empresa faz parte do *Constellis Group*. Prince nasceu uma importante família cristã, conservadora, que sempre foi aliada a outros grupos que apoiavam o Partido Republicano (Scahill, 2008). Foi nesse contexto que Erik Prince cresceu e desde os 19 anos já estava ativamente envolvido estagiando na Casa Branca, quando doou 15mil dólares ao Comitê Republicano do Congresso Nacional (Scahill, 2008). Algum tempo depois, o jovem entrou para a Marinha norte-americana, onde esteve durante quatro anos.

Em 1996, seu pai faleceu e Erik Prince deixou a Marinha. Porém, o ex-seal queria continuar ligado aos assuntos militares e vendeu o negócio do pai por 1,35bilhões de dólares com os quais passou a investir na ideia do treinamento

privado para militares (SCAHILL, 2008). Então, Prince começou a construção de um complexo de treinamento da Blackwater na Carolina do Norte, que começou a funcionar em 1998 (*Ibid.*).

A empresa foi fundada “(...) quando os militares estavam no meio de um movimento de privatização maciço e sem precedentes, que ganharam força durante a gestão de Dick Cheney como Secretário de Defesa, entre 1989 e 1993.” (Scahill, 2008, p. 98). De acordo com Scahill (2008), essa onda de privatizações não só reduziu o número de militares, mas também as bases de treinamento.

Apesar de ter iniciado os trabalhos com treinamentos, a empresa passou a incluir serviços de “(...) operações de segurança, apoio aeronáutico, serviço de K-9 (cão policial) produção de veículos blindados e treinamento para operações de proteção, navais, de aplicação da lei e militares no exterior”¹⁸ (Horton et al., 2008, p. 7, *tradução nossa*).

Durante a Guerra do Iraque, a companhia vivenciou episódios que chocaram toda a comunidade internacional e chamaram atenção para esse tipo de ator. Como foi o caso da emboscada em Fallujah, em que no dia 31 de março de 2004 militantes iraquianos assassinaram quatro homens da *Blackwater*. Outro caso marcante ficou conhecido como o Domingo Sangrento em Bagdá. No dia 16 de setembro de 2007 um comboio da *Blackwater* passava pela praça Nisour, onde começou a disparar contra os civis que estavam lá. A empresa matou 17 civis iraquianos e mesmo depois de ter perdido a licença para atuar no país, os Estados Unidos conseguiu convencer o Primeiro Ministro iraquiano Nouri al-Maliki a voltar atrás (Scahill, 2008).

O Iraque e outros países orientais e africanos vivenciaram expressiva participação de CMSP nos conflitos armados. A definição espacial do território iraquiano é resultado das fronteiras estabelecidas quando se tornou um Mandato da Inglaterra, *status* que durou entre o fim do Império Otomano e sua independência, em 1932. Depois de alguns anos de governo militar, o Ba'ath tomou o poder e dentro dele, em 1979, Saddam Hussein foi eleito e governou de forma autoritária até ser retirado do poder com a invasão norte-americana. No final do século XX, depois de passar por alguns conflitos, a economia iraquiana entrou em uma crise (Oliveira, 2014). Esse é, de um modo geral, o contexto da região onde ocorreu o conflito a ser apresentado.

¹⁸ No original: “(...) security operations, aviation support, K-9 (police dog) services, the manufacturing of armored personnel vehicles, and training for protective, maritime, law enforcement, and Foreign military operations.”

A Guerra do Iraque ocorreu entre março 2003 e outubro de 2011 e está presente em um contexto maior da chamada Guerra ao Terror. Isso se desdobra ao longo do governo de George Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2017) após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O conflito se inicia durante o governo de Bush, majoritariamente composto por neoconservadores interessados na terceirização militar, inclusive Rumsfeld, então secretário de defesa, que no dia 10 de setembro de 2001 “[...] discursava no Pentágono sobre a necessidade de substituir a burocracia do órgão por um modelo baseado no setor privado” (Hillebrand, 2014, p. 56) e falava sobre incentivar a intervenção do setor privado nas guerras estadunidenses (Scahill, 2008 apud Hillebrand, 2014).

O dia 11 de setembro de 2001 foi significativo para o Estado e cidadãos estadunidenses e também para todo o mundo. Os ataques terroristas atribuídos à *Al Qaeda* contra as torres gêmeas do *World Trade Center* e o Pentágono mataram por volta de 3.000 pessoas. As possíveis definições sobre o que é o terrorismo não são tão valorosas para o presente trabalho, mas a sua indefinição sim, pois isso abre espaço para que o terrorista tenha um perfil traçado de acordo com os interesses do Estado ou instituição que o está definindo. No caso dos Estados Unidos, a época dos ataques de 11 de setembro e até hoje o terrorista vem do Oriente Médio, ele é árabe e islâmico. A partir disso, o governo sabe quem e onde atacar através de discursos e depois, militarmente, com apoio das PMSC.

De acordo com Duque (2008), depois do 11 de setembro houve um processo de securitização do terrorismo e nisso foi incluído o Estado iraquiano. Este país é inserido nesse processo logo após a invasão dos Estados Unidos ao Afeganistão. Bush acusa Saddam Hussein de estar desenvolvendo armamentos de destruição em massa e o vice-presidente Dick Cheney afirma que houve um encontro entre um dos terroristas do 11 de setembro e um agente da inteligência iraquiana. Ou seja, há um esforço para associação entre o Iraque e iraquianos ao terrorismo (Duque, 2008). Portanto, a partir da associação de um tema já securitizado, o terrorismo, os EUA buscam securitizar também um espaço, o Iraque, associando-o ao movimento terrorista.

Esse processo foi desenvolvido por um grupo focado no tema, o *White House Iraq Group*, que tinha como argumento basilar o desenvolvimento de armamentos de destruição em massa pelo Iraque. Duque (2008) identifica a criação desse grupo como a “(...) institucionalização da iniciativa de securitização (...)” (Duque, 2008, p. 127). Porém, em 2005, depois de investigar, o governo

assumiu que o Iraque não estava desenvolvendo nada, mas a guerra já havia sido iniciada. No dia 17 de março de 2003, George Bush diz em rede de televisão que Hussein e sua família deveriam deixar o país e dois dias depois, em 19 de março inicia-se a guerra (Duque, 2008).

Algo que também é muito relevante e caminha por trás do processo de securitização e da guerra ao Iraque é a questão do petróleo, um recurso natural valioso para o funcionamento do sistema capitalista. Muitos conflitos na região do Oriente Médio ocorrem por causa do controle das reservas petrolíferas, que uma vez estavam sob posse de companhias ocidentais. Mas, a partir da década de 1960, com a fundação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), esses países expulsaram as empresas estrangeiras e as estatais passaram a ser responsáveis pela extração desse recurso (Shah, 2007, p. 9). Depois da crise do petróleo em 1973 e os embargos decorrentes dela, Hussein ameaçou duplicar a produção de petróleo com perfuração de novos poços feita por empresas russas, francesas e chinesas, caso as sanções ao país não fossem retiradas (Shah, 2007). Um mês depois, os Estados Unidos invadiram o Iraque alegando que iriam frear o desenvolvimento de armamentos de destruição em massa por parte do Estado iraquiano (Shah, 2007).

A guerra pode ser dividida em duas fases, como faz Hillebrand (2014). A primeira seria a fase de invasão e a segunda a fase de ocupação. Na primeira fase, o governo estadunidense vence o conflito contra o ditador Saddam Hussein em setembro. Na segunda fase, instaura-se um governo provisório dentro da chamada Zona Verde. Lá estava a administração da coalizão liderada pelos Estados Unidos, *Coalition Provisional Authority* (CPA), que “decretava leis, emitia moeda, cobrava impostos, comandava a polícia e usava as receitas do petróleo” (Chandrasekaran, 2007, p. 20).

Chandrasekaran (2007), em seu livro, expõe diálogos das pessoas envolvidas na administração do governo e com isso, deixa nítida a intenção dos norte-americanos nessa ocupação. Um dentre os muitos exemplos é a fala de um dos funcionários da CPA “Falavam da Constituição provisória que acabara de ser redigida, com a sua longa lista de direitos. ‘Será um modelo para o Oriente Médio’, afirmou um deles” (Chandrasekaran, 2007, p. 29). Portanto, pode-se dizer que esse conflito, que durou tantos anos e se iniciou por uma acusação posteriormente admitida como falsa, teve pouca preocupação com a realidade do país e da população que estava vivendo aquilo e servia aos interesses públicos e privados de um Estado e suas empresas.

O número de civis iraquianos mortos na guerra é incerto, os dados, em geral, não são confiáveis. Porém, de acordo com uma reportagem da BBC, uma organização iraquiana busca esses números através de notícias e informações em necrotérios e estimam que ocorreram algo em torno de 97.461 e 106.348 mortes do início da guerra até julho de 2010.

As Companhias Militares e de Segurança Privada participaram da Guerra do Iraque através de contratos com o governo norte-americano. Essas empresas entram no conflito como parte do projeto securitizador organizado por Bush e sua administração. De acordo com Leander (2003), as PMSC podem ter uma ação direta ou indireta. A ação direta significa que as Companhias Militares Privadas participam das decisões sobre ameaças, porque realizam estudos sobre segurança e acabam por securitizar temas sobre os quais elas possuem capacidade de agir. Já de forma indireta, elas atuam através da atividade de *lobby*, com a qual conseguem garantir um espaço no conflito.

De acordo com Scahill (2008), a partir do momento que os Estados Unidos terceirizaram muitas tarefas fundamentais, que antes eram exercidas pelos militares, como o fornecimento de comida, água, combustível e alojamento para os militares, as empresas privadas passaram a ser essenciais para a ocupação do Iraque e isso impediu que o governo abrisse mão de seus contratos com essas empresas, “(...) desembolsando mais dinheiro para mais companhias e estimulando o já impressionante crescimento da indústria mercenária” (Scahill, 2008, p. 218). Ou seja, o governo criou uma dependência com relação a esse tipo de empresa na Guerra do Iraque.

Então, para atingir seus objetivos, o governo dos Estados Unidos contratou cerca de 180mil soldados privados para atuarem ao lado dos 150mil soldados militares, de acordo com Jeremy Scahill em entrevista à Folha de São Paulo. Hillebrand (2014) também expõe alguns dados numéricos afirmando que na fase de ocupação existia um contratado privado para cada dois soldados militares.

As PMSCs exerciam atividades como “(...) a manutenção de sofisticadas armas e operação de sistemas eletrônicos de combate e defesa.” (Singer apud Hillebrand, 2014, p. 71). Além disso, também faziam “(...) segurança de oficiais norte-americanos que visitavam o país e o treinamento de forças locais, agora sob o comando da coalizão liderada pelos EUA” (Singer apud Hillebrand, 2014, p. 71). Oliveira (2010) ainda cita o papel dessas empresas na área logística da guerra.

De acordo com Hillebrand (2014, p. 72), as PMSCs foram problemáticas para “(...) o desenvolvimento das instituições de segurança do país”. O autor ainda

cita o caráter fraudatário de algumas delas, o que prejudica diretamente a economia iraquiana,

(...) já que a corrupção das empresas privadas acaba se espalhando para os demais setores da economia. Ademais, por não contar com instituições fortes, o país mostra-se inapto a lidar com o ambiente de corrupção generalizado resultante da soma das fraudes das empresas privadas e da má gestão dos governantes do país. (Hillebrand, 2014, p. 74).

Portanto, pode-se perceber que a grande quantidade de soldados privados presentes no território iraquiano como parte do conflito não teve um impacto positivo para aquela sociedade e aquele Estado, essas empresas não contribuíram para a criação de um ambiente propício à construção de um Estado coeso e institucionalmente forte, que possa desenvolver uma boa base de segurança, e aqui, entende-se segurança num sentido mais amplo, não só militar.

Dentre as CMSP, de acordo com Scahill (2008), os esforços da *Blackwater* em relação a atividade lobista foram consideráveis e influenciaram outras companhias. Segundo o autor, “Depois que a *Blackwater* começou a usar os lobistas bem relacionados da *Alexander Strategy Group* (ASG) para promover seus serviços, outras empresas mercenárias seguiram o exemplo” (p. 215).

Paul Behrends fazia parte da ASG, empresa contratada pela a *Blackwater* para representá-la no Congresso. Ele era amigo de longa data de Prince e se cadastrou como lobista da empresa em maio de 1998, quando

(...) começou a promover a companhia em áreas que variavam da prevenção de desastres a relações exteriores. (...) Behrends envolvia-se mais profundamente em áreas da política externa americana que se tornariam muito lucrativas para a *Blackwater* na guerra contra o terror. (Scahill, 2008, p. 210-211).

Ou seja, a empresa colocava-se de forma muito próxima dos ambientes de tomada de decisão de política externa através do *lobby*.

De acordo com Scahill (2008), por causa da emboscada em Fallujah em março de 2004, a ASG passou a ser uma empresa com muita influência no Capitólio¹⁹ (para limpar a imagem da *Blackwater*), principalmente junto ao Partido Republicano, que eram apoiados financeiramente pelos clientes da empresa lobista e em troca disso, esses políticos garantiriam acesso aos tomadores de decisão e também favores legislativos.

Mais uma vez, a *Blackwater* tem acesso privilegiado ao processo de tomada de decisão graças aos trabalhos da empresa lobista contratada. Além disso, Prince fazia reuniões particulares com “(...) poderosas figuras do Partido

¹⁹ Congresso estadunidense onde estão o Senado e Câmara.

Republicano que supervisionavam contratos militares” (Scahill, 2008, p. 212).
Ainda de acordo com os estudos de Scahill (2008),

Dispondo de funcionários da ASG com boas ligações a promover o discreto Erik Prince e outros executivos da companhia, a *Blackwater* estava começando a se beneficiar financeiramente da fama recém-adquirida, ao mesmo tempo que procurava exercer papel chave na elaboração de regras que administrariam contratos do governo dos Estados Unidos com mercenários (Scahill, 2008, p. 212).

Além das preocupações com a elaboração das regras de contrato, a empresa também estava atenta ao *gap* em relação às leis que regulamentavam suas atividades e investiria nisso com seus lobistas (Scahill, 2008). Em junho de 2004, alguns meses depois do escândalo em Fallujah, a empresa ganhou um dos contratos mais importantes de segurança internacional, ela passaria a fazer a segurança de diplomatas e instalações dos Estados Unidos fora do país e além disso garantiu também sua proteção, pois Paul Bremer (líder da CPA) conseguiu imunidade para a empresa em suas operações no Iraque (*Ibid.*). De acordo com o jornal *The Nation*, o governo estadunidense gastou 320 milhões de dólares com esse contrato.

A *Blackwater* apresenta grandes exemplos de *revolving door*, como o caso de J. Cofer Black, um dos espiões mais experientes dos Estados Unidos, que em 2005 era chefe de contraterrorismo do Departamento de Estado e tornou-se vice-presidente da *Blackwater* (SCAHILL, 2008). Além desse, é conhecido também o caso de Joseph E. Schmitz, que deixou seu cargo no Pentágono, para trabalhar como diretor de operações e advogado do *Prince Group*, que representa a *Blackwater* no governo (Congress of United States, 2007; Isenberg, 2009; Scahill, 2008 apud Schmitz, 2018). Outro caso de *revolving door* é de Robert Richer, vice-presidente de inteligência da *Blackwater*, que foi chefe da divisão *Near East* da CIA (Schmitz, 2018).

Prince construiu uma forte relação com o Partido Republicano que começa com seu estágio, citado anteriormente e continua com doações feitas ao partido, “(...) em média, US\$225.000 por ano, incluindo mais de US\$160.000 para o Comitê Nacional Republicano e para o Comitê Republicano no Congresso Nacional” (Scahill, 2008; Congress of United States, 2007; NY TIMES, 2007 apud SCHMITZ, 2018, p. 53). De acordo com Schmitz (2018), aproximadamente 90% dos contratos da *Blackwater* eram com o governo federal dos Estados Unidos.

Em 2008, o governo norte-americano anunciou que faria a retirada de suas tropas até 2011. Nesse meio tempo, a empresa investia no *lobby* para permanecer com suas atividades no Iraque. Nesse ano, a empresa gastou US\$ 410.000 contratando três empresas (*C&M Capitolink*, *BCI Group* e *Womble, Carlyle et al.*)

e dois lobistas individuais (Gregory Hahn e Richard Cockrum) (Center for Responsive Politics, 2018).

Conforme foi explicado na primeira seção desse trabalho, a última lei estadunidense de regulação da atividade lobista exige a elaboração e apresentação de relatórios quadrimestrais. Nesses relatórios é necessário o preenchimento de informações como o nome da empresa, o nome do lobista trabalhando naquele contato especificamente, o quanto a empresa recebeu de seu cliente, dentre outros. Uma informação muito relevante para o este trabalho é a referente ao assunto tratado no *lobby* relatado. Exige-se o registro do assunto em geral e depois a descrição das intenções daquele *lobby*.

Em 2008 há o relatório do primeiro quadriênio da *C&M Capitolink*, representada pelo lobista Paul Behrends que reporta como assunto geral “assuntos governamentais” e descreve questões como a exploração de maneiras pelas quais os *contractors* possam ter supervisão adequada, responder questionamento de diversos comitês sobre as atividades e capacitações dos contratados, debater sobre a Lei de Expansão e Execução de 2007 e sobre a Lei de Responsabilização de 2007, além de discorrer sobre a possibilidade de um veículo blindado para o Departamento de Defesa. O relatório também exige o esclarecimento de onde houve o contato do *lobby* e nesse caso foi com o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado e a Casa Branca. No mesmo relatório há o registro de outro assunto, dessa vez relacionado à lei e especificamente à expansão do *Military Extraterritorial Jurisdiction Act*. No segundo quadriênio, há um outro relatório, com as mesmas informações.

Existe também o relatório de Richard Cockrum, ele se reporta como lobista individual, mas não relata nenhum assunto de atividade de *lobby*. Já o relatório de Gregory Hahn, com nome da organização *Tabbert Hahn Earnest & Weddle, LLP* reportou como assunto de *lobby* a defesa, porém sem especificar o que foi debatido e também não indica com qual parte do governo se comunicou. O relatório do segundo quadriênio de Gregory Hahn não especifica nem o assunto geral.

O relatório do primeiro quadriênio da *BCI Group* trata diretamente com o Senado e de questões governamentais, discriminado como relações governamentais e marketing. Já o relatório da mesma empresa feito no segundo quadriênio, indica que não houve atividade de *lobby*, mesmo que haja a declaração de pagamento de menos de US\$5,000. O relatório do terceiro quadriênio coloca como grande área, novamente, as questões governamentais e,

especificamente, explorar como os contratados podem ter uma supervisão adequada; debater legislações referentes ao ano de 2007; e também falar sobre o veículo blindado para o Departamento de Defesa. Outro assunto colocado foi a legislação sobre a expansão do ato de jurisdição extraterritorial militar. Já o relatório do quarto quadriênio da mesma empresa tratava dos mesmos assuntos de questões de governo e nos assuntos de lei, abordou a questão de melhores abordagens para aumentar de forma apropriada a responsabilidade pelos contratados de segurança privada.

O *Womble Carlyle Sandridge and Rice* em 2008 preencheu o relatório do primeiro quadriênio somente com o valor que recebeu da *Blackwater*, sem nenhuma discriminação de assunto. O do segundo quadriênio traz as mesmas informações. Já o do terceiro quadriênio, o assunto indicado são as questões governamentais e, especificamente, a contratação e aquisição de contratos governamentais. No último quadriênio, a *Womble Carlyle Sandridge and Rice*, tratou do mesmo assunto, mas dessa vez recebendo US\$10,000.

De acordo com os dados do *Centre for Responsive Politics* (2019), a *Blackwater* fez o *lobby*, no ano de 2008 na indústria de defesa. Nessa atividade, o assunto “Defesa” foi o mais discutido, ou seja, o interesse que prevalecia nas atividades lobistas era pelos assuntos relacionados à defesa. Em 1998, esse assunto estava em 7º lugar. No ano do 9/11, estava em 4º. Já em 2004, ano seguinte da invasão ao Iraque e que começa o período de reconstrução, o assunto Defesa estava em 2º lugar. Assim como em 2008, ano estudado e ano de retirada das tropas oficiais das Forças Armadas dos EUA. Além disso, “questões governamentais” e também “aplicação da lei e crime” também são assuntos relevantes. Essa informação ajuda a entender quais eram os principais assuntos de interesse da empresa para com a administração Bush.

No que diz respeito ao ambiente onde esses lobistas atuavam, a maior parte estava na *US House of Representatives* e no *US Senate*, além do *Department of Homeland Security*, atuação direta na Casa Branca e Departamento de Defesa.

As doações de campanha para os indivíduos que compõe esses espaços de apresentação de interesses, também são uma forma de *lobby* muito comum. A *Blackwater* e seu fundador, Erik Prince, desde 1998 possuem registros de doações para candidatos republicanos, para o Partido Republicano e também para Comitês de Campanha Republicanos. Em 2008 há o registro de uma doação de US\$ 500 para Walter B Jr Jones, outra de Joe McLaughlin no valor de US\$

2.000 e para Keith S. Fimian no valor de US\$ 2.300. Todas as doações foram em nome do Prince Group, o grupo que representa a *Blackwater*.

Assim, através de doações de campanha, do investimento em contratação de empresas lobistas e com a *revolving door*, a *Blackwater* deixa claro seu interesse em influenciar o governo norte-americano no ano de 2008, que é o ano de anuncio de retirada das tropas oficiais das Forças Armadas, ou seja, um sinal de que a guerra estava, oficialmente, se desenvolvendo para seu fim. Nesse momento, as Companhias Militares de Segurança Privada, enxergam um espaço para entrarem ainda mais nesse conflito. Para que se mantenham presentes e se expandam, empresas como a *Blackwater* aumentam seus investimentos na atividade lobista e através dela continuam securitizando temas para que o assunto seja abordado com medidas extremas, com a força. Para que essa força gere lucro para as empresas, elas precisam ser empregadas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto ao longo destes três capítulos, pôde-se compreender que o *lobby* é um importante ator para o processo de tomada de decisão nas áreas de política externa, defesa e segurança. Assim, o discurso de segurança é moldado de acordo com os interesses privados de uma companhia, através do *lobby*, para que o modo de lidar com determinado assunto seja através da segurança, no caso privada.

Dentro das Relações Internacionais, esse ator pode ser estudado de diferentes formas. Thomaz (2012), por exemplo, faz uma análise do *lobby* na política externa ao estudar o *lobby* na política agrícola e energética nos Estados Unidos. Já neste artigo, optou-se por entender a atividade lobista dentro do processo de securitização, visto que Buzan et al. (1998) considera que o *lobby* pode ser um possível ator securitizador.

Nos Estados Unidos, essa atividade é compreendida como parte do processo político democrático, o que faz com que seja regulamentada por lei. O lobista atua diretamente ao lado de funcionários do governo e de deputados e senadores para fornecer informações sobre assuntos de interesse das empresas as quais representam.

Como visto, as PMSC são empregadas por Estados através de contratos com o governo para atuar nos conflitos. Isso ocorre através dos discursos construídos pelo lobista para com o governo. Neste trabalho optou-se por estudar a relação triangular entre PMSC, *lobby* e governo, através da atividade lobista

contratada pela *Blackwater* para influenciar o governo dos Estados Unidos no ano de 2008 no contexto da Guerra do Iraque no caso da *Blackwater*. Ao longo do estudo de caso pôde-se perceber que a *Blackwater* investiu milhares de dólares na atividade lobista no ano de 2008.

Porém, não foi possível, mesmo que necessário, analisar o discurso dos lobistas. Os documentos disponíveis para análise são os relatórios desenvolvidos pelos profissionais contratados pela *Blackwater*. Esses relatórios expõe o assunto discutido nos encontros, indicando quais são os principais interesses da *Blackwater* no ano de 2008, mas não apresentam os discursos, a performance.

Portanto, o presente trabalho apresentou a atividade de *lobby* e como ela funciona no espaço geográfico do estudo de caso, os Estados Unidos e sua relação com o processo securitizador. Porém, através do estudo de casos não se consegue apresentar os *speeches acts* desses atores, mas sim as intenções de uma empresa ao fazer uso desses atores para atingir seus objetivos, sejam eles mudanças nas leis, contratos, dentro outros.

Guerra do Iraque (2008) Referências Bibliográficas

ABOUT Us. **United States Office of Government Ethics**, 2019. Disponível em: <<https://www.oge.gov/web/oge.nsf/About+OGE/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ABRAHAMSEN, Rita; LAENDER, Anna. **Routledge Handbook of Private Security Studies**. Londres: Routledge, 2016, 297p.

ADLER, Emanuel. O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, no. 47, pp. 201-252. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64451999000200011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jun. 2019.

ART. Whereas: Stories from the People's House – **Lobbying in the Lobby. History, Art & Archives – United States House of Representative**, 2015. Disponível em: <<https://history.house.gov/Blog/2015/January/01-21-Lobby/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

BALZACQ, Thierry. **Securitization Theory**: How security problems emerge and dissolve. Londres: Routledge, 2011, 251p.

BUZAN, Bary; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap d. **Security**: A New Framework for Analysis. Londres: Lynne Rienner Publishers, Inc., 1998, 238p.

CANAVEZES, Sara; CAMPOS, Luís. "Introdução à Globalização", 2007, p. 8-20.

CHANDRASEKARAN, Rajiv. **A vida imperial na cidade esmeralda**. Tradução de Pedro Elói e Pedro Bernardo. EDIÇÕES 70, 2007.

CLERK OF THE HOUSE OF REPRESENTATIVES; SECRETARY OF THE SENATE. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=B46089E-D-C8B8-4567-A9F9-5C65CC5C9CAF&filingTypeID=51>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=94BB1381-09C7-47FC-9BA6-C56C2D8B1337&filingTypeID=60>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=C0CA89BD-B9F0-495A-B216-0F34B0A83F5B&filingTypeID=62>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=76F43CEB-3DBE-4879-AFEC-A0E846A6F7B5&filingTypeID=51>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=11BA5882-60AC-4E04-B731-40297D5873C5&filingTypeID=62>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=C7B17F38-677E-4198-9C08-31989F620A57&filingTypeID=55>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=38E1F0A6-863F-48BF-98B0-17B87BDBD75D&filingTypeID=62>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=A9B2309C-32A3-4416-A9DB-BF6C6E205878&filingTypeID=69>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=827EC995-72A2-4BAA-8131-DA08B07CBA80&filingTypeID=69>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=096D5130-CAB7-4BA9-BBAB-8E8AC8C08EA7&filingTypeID=80>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=7ABBDE9C-8CB8-4768-9D77-69AFB8199735&filingTypeID=51>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=F5B29BA8-09E0-463B-BFD2-1E56B8875E3D&filingTypeID=60>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

___. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=0E0D24>>

CC-978F-47E1-AFBB-294E5D1EBB9C&filingTypeID=69>. Acesso em: 8 jun. 2019.

__. **Lobbying Report 2008**. United States, 2008. 3p. Disponível em: <<https://soprweb.senate.gov/index.cfm?event=getFilingDetails&filingID=8F85C33E-551C-4696-BE87-F2B2BD11BE47&filingTypeID=78>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

DONOR, Look Up. **Open Secrets**, 2019. Disponível em: <<https://www.opensecrets.org/donor-lookup/results?cand=&cycle=&employ=&name=Erik+Prince&page=1&state=VA&zip=>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

DUQUE, Marina Guedes. **A teoria de securitização e o processo decisório da estratégia militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. Brasília: Universidade de Brasília, Dissertação de Mestrado em Política Internacional e Comparada, 181. 2008.

GODOFFREDO, Gustavo Sénéchal de. Os combatentes nos conflitos armados internacionais e suas proteções. **Direito, Estado e Sociedade**, n.29, vol. 9, 2006, p. 174-212.. Disponível em <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Senechal_n29.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra. **A PRIVATIZAÇÃO DA GUERRA? A participação das empresas militares privadas em conflitos armados e o papel do Estado enquanto ator internacional**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, Monografia, 92p. 2014.

HUMBERT, Georges. Interesse público: significado jurídico. **Jusbrasil**, 2015. Disponível em: <<https://georghumbert.jusbrasil.com.br/artigos/214716429/interesse-publico-significado-juridico>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

ISSUES, Blackwater Worldwide. **Open Secrets**, 2019. Disponível em <<https://www.opensecrets.org/lobby/clientissues.php?id=D000031985&year=2008>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

KALDOR, Mary. *New and Old Wars*. Polity Press, 2012.

LEANDER, Anna. The Power to Construct International Security: On the Significance of Private Military Companies. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 33, n. 3, jan./jun. 2005, p.803-826.

LOBBYISTS, Blackwater Worldwide. **Open Secrets**, 2019. Disponível em <<https://www.opensecrets.org/lobby/clientlbs.php?id=D000031985&year=2008>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

LUTTWACK, Edward N. A Guerra Moderna: A Contra-Insurgência como Prática Equivocada. **Revista da Escola de Guerra Naval**, n.10, 2007. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/420/319>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates**. São Paulo: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”. **Carta Internacional**, v. 5, n.1, 2010, p. 64-77. Disponível em <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/530>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

__. O fim da Guerra Fria e os estudos de Segurança Internacional: o conceito de Segurança Humana. **Aurora**, ano III, vol. 5, 2009, p. 68-79. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1221>>. Acesso em 1 de maio de 2019.

PALMER, Jennie. War For Sale: The Case of Blackwater Unaccountable Private Military Companies in Iraq and Afghanistan. Denver: All Regis University, Tese de Doutorado, 54p. 2018.

PAOLIELLO, Tomaz Oliveira. **Anatomia de uma Empresa Militar e de Segurança Privada: a empresa DynCorp em perspectiva global**. São Paulo: UNESP, UNICAMP, PUC-SP, Tese de Doutorado, 258p. 2016.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. Empresas Militares Privadas e a imagem do mercenarismo: uma conceituação histórica. In. **Anais do 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 2013.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas – análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Tese de Doutorado, 542p. 2007.

REPORT IMAGES, Blackwater Worldwide. **Open Secrets**, 2019. Disponível em <https://www.opensecrets.org/lobby/client_reports.php?id=D000031985&year=2008>. Acesso em: 12 mai. 2019

SCAHILL, Jeremy. **Blackwater: The Rise of the World's Most Powerful Mercenary Army**. Nation Books, 2007.

__. Mercenary Jackpot. **The Nation**, 2006. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/mercenary-jackpot/>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SCHMITZ, Eduardo. *Lobby das Empresas Militares Privadas nos processos decisório de política externa dos Estados Unidos*. Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Taquari; Monografia, 79. 2018.

SUMMARY, Blackwater Worldwide. **Open Secrets**, 2019. Disponível em <<https://www.opensecrets.org/lobby/clientsum.php?id=D000031985&year=2008>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

THOMAZ, Laís Forti. **A influência do lobby do etanol na definição da política agrícola e energética dos EUA (2002-2011)**. São Paulo: UNESP, UNICAMP, PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 213p. 2012.

TOP Issues. **Open Secrets**, 2019. Disponível em: <<https://www.opensecrets.org/lobby/top.php?showYear=2008&indexType=u>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VISACRO, Alessandro. *A Guerra da Era da Informação*. Editora Contexto, 2018.

VUORI, Juha A. Speech act theory. In: SALTER, Mark B.; MUTLU, Can E. *Research Methods in Critical Security Studies – An Introduction*. Routledge, 2013.